

CTC - Centro de
Tecnologia
Canavieira S.A.

**Informações contábeis
intermediárias em 31
de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Ao
Conselho de Administração e à Diretoria Executiva do
CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.
Fazenda Santo Antonio, s/nº - Bloco 01 - Bairro Santo Antônio
Piracicaba - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A. ("Companhia"), contidas no formulário de Informações Trimestrais -ITR referentes ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de nove e três meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais -ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.



Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, emitido pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas relativas às Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, apresentadas como informações suplementares para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 12 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-027666/F

Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado			Controladora			Passivo	Nota	Consolidado			Controladora		
		31/12/2018	31/12/2018	31/03/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/03/2018			31/12/2018	31/12/2018	31/03/2018			
Caixa e equivalentes de caixa	4	176.626	174.892	157.295	Fornecedores	13	10.939	10.939	10.508						
Contas a receber	6	31.203	31.203	30.907	Empréstimos e financiamentos	16	46.189	46.189	46.291						
Instrumentos financeiros	5	99.400	99.400	-	Impostos e contribuições a recolher		2.184	2.184	1.987						
Estoques		273	273	232	Salários, férias e encargos a pagar	14	16.528	16.528	23.435						
Impostos a recuperar	7	134	134	202	Receitas a auferir e diferidas	15	34.462	34.462	2.930						
Ativo biológico		820	820	820	Outras contas a pagar		720	515	323						
Ativo fiscal corrente		3.446	3.446	6.016	Total do passivo circulante		111.022	110.817	85.474						
Outras contas a receber	8	1.362	1.340	1.443	Fornecedores	13	190	190	1.655						
Total do ativo circulante		313.264	311.508	196.915	Empréstimos e financiamentos	16	116.884	116.884	144.733						
Instrumentos financeiros	5	54.358	54.358	73.565	Provisão para processos judiciais	17	1.698	1.698	434						
Contas a receber	6	19.555	19.555	16.059	Total do passivo não circulante		118.772	118.772	146.822						
Outras contas a receber	8	10.370	10.370	98.629	Patrimônio líquido	18	562.202	562.202	556.550						
Impostos a recuperar	7	5.558	5.558	10.781	Capital social		24.934	24.934	-						
Ativo fiscal diferido	9	36.297	36.297	36.811	Reserva de lucro		(36)	(36)	-						
Total do realizável a longo prazo		126.138	126.138	235.845	Ajustes acumulados de conversão		-	-	(731)						
Investimentos	10	-	2.641	-	Prejuízos acumulados		-	-	-						
Imobilizado	11	120.421	119.331	132.381	Total do patrimônio líquido		587.100	587.100	555.819						
Intangível	12	257.071	257.071	222.974	Total do passivo		229.794	229.589	232.296						
Total do ativo não circulante		377.492	379.043	355.355	Total do passivo e patrimônio líquido		816.894	816.689	788.115						
Total do ativo		816.894	816.689	788.115											

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de nove e três meses findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora		Controladora	
		01/04/2018 a 31/12/2018 (9 meses)	01/10/2018 a 31/12/2018 (3 meses)	01/04/2018 a 31/12/2018 (9 meses)	01/10/2018 a 31/12/2018 (3 meses)	01/04/2017 a 31/12/2017 (9 meses)	01/10/2017 a 31/12/2017 (3 meses)
Receita operacional	21	131.919	50.363	131.919	50.363	102.981	38.607
Custo de pesquisa & desenvolvimento e serviços prestados	22	(64.365)	(22.471)	(62.668)	(20.774)	(46.227)	(14.157)
Lucro bruto		67.554	27.892	69.251	29.589	56.754	24.450
Despesas administrativas e com vendas	22	(40.665)	(14.498)	(39.182)	(13.834)	(38.244)	(12.395)
Resultado de equivalência patrimonial	10	-	-	(3.180)	(2.361)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		1.349	(1.389)	1.349	(1.389)	(2.605)	(1.711)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		28.238	12.005	28.238	12.005	15.905	10.344
Receitas financeiras	23	14.627	4.986	14.627	4.986	15.357	3.534
Despesas financeiras	23	(8.995)	(3.075)	(8.995)	(3.075)	(10.323)	(3.233)
Financeiras líquidas	23	5.632	1.911	5.632	1.911	5.034	301
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		33.870	13.916	33.870	13.916	20.939	10.645
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(514)	15	(514)	15	934	774
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(7.691)	(5.084)	(7.691)	(5.084)	532	(3.885)
Lucro líquido do período		25.665	8.847	25.665	8.847	22.405	7.534
Lucro líquido do período básico e diluído por ação	19	32,01	11,03	32,01	11,03	27,94	9,40

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de nove e três meses findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>01/04/2018 a 31/12/2018 (9 meses)</u>	<u>01/10/2018 a 31/12/2018 (3 meses)</u>	<u>01/04/2018 a 31/12/2018 (9 meses)</u>	<u>01/10/2018 a 31/12/2018 (3 meses)</u>	<u>01/04/2017 a 31/12/2017 (9 meses)</u>	<u>01/10/2017 a 31/12/2017 (3 meses)</u>
Lucro líquido do período	<u>25.665</u>	<u>8.847</u>	<u>25.665</u>	<u>8.847</u>	<u>22.405</u>	<u>7.534</u>
Resultado abrangente						
Itens que são ou podem ser reclassificados para o resultado						
Efeito de conversão de moeda estrangeira	<u>(36)</u>	<u>(58)</u>	<u>(36)</u>	<u>(58)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(36)</u>	<u>(58)</u>	<u>(36)</u>	<u>(58)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>25.629</u>	<u>8.789</u>	<u>25.629</u>	<u>8.789</u>	<u>22.405</u>	<u>7.534</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de nove meses findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de abril de 2017	556.550	-	(15.040)	541.510
Lucro líquido do período	-	-	22.405	22.405
Reserva de lucros	-	7.365	(7.365)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	556.550	7.365	-	563.915
Saldos em 1º de abril de 2018	556.550	-	(731)	555.819
Integralização de capital (Nota 8)	5.652	-	-	5.652
Lucro líquido do período	-	-	25.665	25.665
Resultados abrangetes				
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	(36)	-	(36)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	562.202	(36)	24.934	587.100

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de nove meses findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		
		Consolidado		
		01/04/2018 a 31/12/2018	01/04/2018 a 31/12/2018	01/04/2017 a 31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período		25.665	25.665	22.405
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	11 e 12	22.670	22.670	14.219
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		1.722	1.722	3.926
Provisão para participação nos lucros		8.357	8.357	12.974
Resultado de equivalência patrimonial em controladas	10	-	3.180	-
Provisão para processos judiciais		1.264	1.264	(147)
Provisões de juros	16	5.467	5.467	6.274
Imposto de renda e contribuição social		514	514	(934)
Outras provisões		-	-	850
Total dos ajustes		65.659	68.839	59.567
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) em contas a receber		(5.514)	(5.514)	(3.337)
(Aumento) redução em estoques		(41)	(41)	1
Redução (aumento) em impostos a recuperar e ativo fiscal corrente		9.677	9.677	(2.591)
(Aumento) em outras contas a receber		(2.255)	(2.233)	(5.308)
(Redução) em fornecedores		(1.034)	(1.034)	(5.124)
Aumento em impostos e contribuições a recolher e passivo fiscal corrente		197	197	2.952
(Redução) em salários, férias e encargos a pagar		(15.264)	(15.264)	(15.164)
Aumento em receitas a auferir		31.532	31.532	16.961
Aumento (redução) em outras contas a pagar		397	192	(12)
Caixa proveniente das atividades operacionais		83.354	86.351	47.945
Impostos pagos		(1.816)	(1.816)	(3.079)
Juros pagos	16	(5.320)	(5.320)	(6.214)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		76.218	79.215	38.652
Regastes (aplicações) de instrumentos financeiros		(80.193)	(80.193)	18.453
Aquisições de imobilizado	11	(10.125)	(9.035)	(7.991)
Recursos provenientes da alienação de imobilizado		1.640	1.640	-
Investimentos em controlada		-	(5.857)	-
Intangível	12	(36.322)	(36.322)	(35.554)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(125.000)	(129.767)	(25.092)
Integralização de capital	8	96.247	96.247	-
Empréstimos pagos	16	(28.098)	(28.098)	(27.964)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) das atividades de		68.149	68.149	(27.964)
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa equivalentes de caixa		(36)	-	-
Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa		19.331	17.597	(14.404)
Caixa e equivalentes de caixa do início do período		157.295	157.295	193.975
Caixa e equivalentes de caixa do fim do período		176.626	174.892	179.571
Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa		19.331	17.597	(14.404)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de nove meses findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		
		Consolidado	Controladora	
		01/04/2018 a 31/12/2018	01/04/2018 a 31/12/2018	01/04/2017 a 31/12/2017
Receitas		144.360	144.360	110.344
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		146.082	146.082	114.270
Provisão para perdas de créditos esperadas		(1.722)	(1.722)	(3.926)
Insumos adquiridos de terceiros		(37.537)	(34.357)	(25.584)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(6.099)	(6.099)	(6.966)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(31.438)	(28.258)	(18.618)
Valor adicionado bruto		106.823	110.003	84.760
Depreciação e amortização	10 e 11	(22.670)	(22.670)	(14.219)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		84.153	87.333	70.541
Valor adicionado recebido em transferência		17.006	13.826	16.678
Receitas financeiras		14.627	14.627	15.357
Resultado de equivalência patrimonial em controladas		-	(3.180)	-
Outras		2.379	2.379	1.321
Valor adicionado total a distribuir		101.159	101.159	87.219
Distribuição do valor adicionado		(101.159)	(101.159)	(87.219)
Pessoal		(44.646)	(44.646)	(44.668)
Remuneração direta		(27.299)	(27.299)	(28.143)
Benefícios		(15.152)	(15.152)	(14.341)
F.G.T.S.		(2.195)	(2.195)	(2.184)
Impostos, taxas e contribuições		(21.854)	(21.854)	(9.823)
Federais - PIS / COFINS		(14.098)	(14.098)	(11.273)
Federais - Imposto de renda e contribuição social		(7.691)	(7.691)	1.466
Municipais		(65)	(65)	(16)
Remuneração de capitais de terceiros		(8.994)	(8.994)	(10.323)
Juros e despesas bancárias		(8.605)	(8.605)	(9.903)
Outras		(389)	(389)	(420)
Remuneração de capital próprio		(25.665)	(25.665)	(22.405)
Lucro líquido do período		(25.665)	(25.665)	(22.405)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A., constituído na forma de sociedade anônima, é domiciliado no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Fazenda Santo Antônio, s/nº, Santo Antônio, Piracicaba/SP. A Companhia e sua controlada têm por objetivo social a pesquisa, o desenvolvimento e a comercialização de tecnologias para o setor sucroenergético, com destaque para o desenvolvimento de novas variedades de cana-de-açúcar, através de melhoramento genético e biotecnologia, além de novas tecnologias disruptivas.

Até janeiro de 2011, a Companhia foi regida segundo a legislação brasileira, sob a forma de sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos ou econômicos, beneficiando-se com a isenção de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado apurado nas atividades associativas e sujeita ao recolhimento desses impostos e demais tributos e contribuições nas demais operações. As receitas eram provenientes, substancialmente, de contribuições associativas.

Por meio da Ata Geral de Transformação realizada em 12 de janeiro de 2011, a Companhia se transformou em Sociedade por Ações de capital fechado, vislumbrando lucro e remuneração de seus acionistas.

A transformação do CTC em uma Sociedade Anônima, em 2011, visou a atrair mais recursos tecnológicos e financeiros às pesquisas do setor, para manter sua competitividade e continuar a assegurar ao Brasil a posição de liderança na indústria sucroalcooleira mundial. Dessa forma, uma das áreas de foco escolhidas foi o Melhoramento Genético, uma vez que o CTC detém o maior banco de germoplasma de cana-de-açúcar do mundo e papel destacado nos campos do melhoramento convencional e da biotecnologia aplicados à cana. A segunda área de enfoque, Novas Tecnologias, explora tecnologias disruptivas que possam trazer substanciais ganhos de produtividade ao setor, como as sementes artificiais e o etanol celulósico, cuja planta de demonstração iniciou operações no ano-safra de 2014/2015.

Em linha com a nossa estratégia de criar tecnologias disruptivas que aumentem a produtividade agrícola na indústria sucroenergética, obtivemos, após rigorosa análise da CTNBio, a aprovação das variedades geneticamente modificadas CTC 20 Bt e CTC 9001 Bt. Essas variedades representam um marco na indústria sucroenergética global. Desenvolvidas com tecnologia 100% brasileira pela Companhia, a CTC 20 Bt e 9001Bt são resistentes à broca da cana (*Diatraea saccharalis*), principal praga das lavouras brasileiras.

A sustentabilidade econômica e o custeio das pesquisas vêm, através de *royalties* cobrados pelo uso das novas variedades e pela comercialização de outros produtos e novas tecnologias, assim como aportes efetuados pelos seus acionistas e entidades financiadoras de projetos de pesquisa, sendo como subvenção ou empréstimos.

Em 24 de agosto de 2016, foram deferidos os pedidos da Companhia de registro de emissor na Categoria "A", pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de listagem e admissão à negociação das ações de emissão da Companhia no segmento denominado Bovespa Mais, pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

Em 28 de março de 2018, foi aprovada pelo Conselho de Administração a constituição de uma subsidiária integral nos Estados Unidos. O local escolhido para essa subsidiária foi Saint Louis, no Estado norte-americano do Missouri, conforme Notas Explicativas nºs 2.2 e 10.

2 Apresentação das informações contábeis intermediárias e principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das ITR.

Estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de março de 2018 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações das notas explicativas que não sofreram alterações significativas ou apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de março de 2018 não foram repetidas integralmente nestas informações trimestrais. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridos para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de março de 2018.

Na preparação destas informações intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não sofreram alterações relevantes na preparação destas informações intermediárias em relação às demonstrações financeiras de 31 de março de 2018.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, entretanto as IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo tal considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 06 de fevereiro de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações contábeis intermediárias.

2.2 Base de consolidação

As informações financeiras consolidadas incluem as informações trimestrais do CTC e sua controlada direta CTC Genomics LLC, com 100% de participação, localizada nos Estados Unidos da América.

Os investimentos na controladora são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

Saldos e transações intragrupo são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controlada.

2.3 Alterações em políticas contábeis adotadas pela Companhia

Embora estas novas normas e alteração abaixo apliquem-se pela primeira vez em 2018, elas não têm impacto sobre as informações contábeis intermediárias anuais da Companhia ou nestas informações contábeis intermediárias. A natureza e o impacto de cada nova norma ou alteração estão descritas abaixo:

(i) CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente

Essa norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios.

Tendo em vista o modelo de negócio da Companhia, que basicamente são vendas realizadas de *royalties*, em que o cliente final obtém o controle no momento do plantio e somente após este fato a receita é reconhecida, a Administração entende que a transferência de controle coincide com o princípio de riscos e benefícios anteriormente adotado, portanto não há impacto de mensuração das receitas e no momento de reconhecimento destas.

Ademais, a Companhia já adotava a prática de reconhecer as bonificações de forma que a receita líquida represente o valor efetivo gerado na operação, com base nas condições estabelecidas com os clientes.

(ii) CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que a IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A Administração concluiu que as novas orientações não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, principalmente considerando que não possui operações designadas de *hedge* na data de divulgação destas informações contábeis intermediárias.

A Companhia não identificou nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração do patrimônio líquido, mesmo levando em consideração a mudança no modelo de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros. Tendo em vista a inadimplência histórica, a mudança no critério de perdas incorridas para perdas esperadas não trouxe efeitos para a Companhia. Adicionalmente os recebíveis da Companhia, não possuem um componente significativo de financiamento, inclusive pelo tipo de operação e produtos.

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o IAS 39 (CPC 38)	Nova classificação de acordo com o IFRS 9 (CPC 48)	31/03/2018
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	37
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	46.966
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	100.072
			<u>147.075</u>

3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (comitê de interpretações de informações financeiras IASB) aplicáveis às informações trimestrais

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora aceita pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (corresponde à IFRS 16 - Leasing)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019 (no caso da CTC, a partir de 1º de abril de 2019). A adoção antecipada em IFRS é permitida apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Não houve alteração na avaliação da Administração acerca do impacto da adoção da IFRS 16, em relação àquela divulgada nas demonstrações financeiras anuais de 31 de março de 2018.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2018	31/03/2018
Caixa e bancos	2.263	529	37
Aplicações financeiras (*)	174.363	174.363	157.258
	176.626	174.892	157.295

(*) As aplicações financeiras são fundos compostos de títulos pós-fixados atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que aplicam seus recursos em títulos de renda fixa emitidos exclusivamente pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil e em emissões de empresas e bancos classificadas como baixo risco pela área de crédito do gestor. As aplicações são remuneradas por taxas de 100% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário.

5 Instrumentos financeiros

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2018	31/03/2018
Aplicações financeiras	153.758	73.565
	153.758	73.565
Ativo circulante	99.400	-
Ativo não circulante	54.358	73.565

As aplicações financeiras são fundos compostos de títulos pós-fixados atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário, que aplicam seus recursos em títulos de renda fixa emitidos exclusivamente pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil e em emissões de bancos classificadas como baixo risco pela área de crédito do gestor. As aplicações são remuneradas por taxas de 100% a 102% do CDI e não se aplicam aos critérios de caixa e equivalentes.

6 Contas a receber

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2018	31/03/2018
Clientes	30.957	23.387
Clientes - partes relacionadas (nota explicativa nº 25)	50.369	52.425
Total (nota explicativa nº 24)	81.326	75.812
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas- partes relacionadas	(13.276)	(13.456)
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(17.292)	(15.390)
Total (nota explicativa nº 24)	(30.568)	(28.846)
Circulante	31.203	30.907
Não circulante	19.555	16.059

Representado substancialmente por saldos a receber referentes ao licenciamento de variedades. A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 24.

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.

7 Impostos a recuperar

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/03/2018</u>
IRRF sobre aplicação	574	5.798
Outros impostos a recuperar	77	44
ICMS sobre importações a Recuperar	2.560	2.560
PIS/COFINS	2.481	2.581
	<u>5.692</u>	<u>10.983</u>
Ativo circulante	134	202
Ativo não circulante	5.558	10.781

8 Outras contas a receber

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/03/2018</u>
Despesas antecipadas (i)	10.370	10.370	8.034
Aumento de capital - partes relacionadas (notas explicativa 25) (ii)	-	-	90.595
Outras contas a receber	1.362	1.340	1.443
	<u>11.732</u>	<u>11.710</u>	<u>100.072</u>
Ativo circulante	1.362	1.340	1.443
Ativo não circulante	10.370	10.370	98.629

- (i) As despesas antecipadas são caracterizadas pela entrega de mudas para multiplicação de variedades em clientes para aumento do *market share* da Companhia. Essas mudas são monitoradas para que a taxa de multiplicação seja efetiva conforme contrato assinado com o cliente.
- (ii) Em 7 de dezembro de 2016, o Conselho da Administração deliberou pelo aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$ 99.654, com a emissão de 41.869 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Do referido montante, houve a integralização parcial de R\$ 9.059 até 31 de março de 2017, correspondente a 3.806 ações, o que resultou em prorrogação do prazo de subscrição das ações faltantes, conforme deliberado na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia. Em 3 de abril de 2017, na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração foi prorrogado para 2 de maio de 2017 o prazo para subscrição das 38.063 ações referentes ao aumento de capital, porém não ocorreu a integralização e não houve nova deliberação do prazo para a subscrição das referidas ações, razão pela qual a Companhia reclassificou para o ativo não circulante e deu início ao processo de arbitragem. Conforme ata da reunião extraordinária do conselho de administração realizada em 14 de dezembro de 2018 foi firmado acordo no procedimento arbitral atualizando o valor de subscrição para R\$ 96.247 que foram recebidos em 24 de dezembro de 2018. A diferença no montante de R\$ 5.652 foi integralizada ao capital social sem emissão de novas ações. Em 06 de fevereiro de 2019 o aumento foi homologado pelo Conselho de Administração e solicitado fim do processo de arbitragem”

9 Ativo fiscal diferido

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social apresentados no ativo não circulante foram apurados sobre prejuízos fiscais e base negativa, com realização quando da apuração de lucros futuros.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, atentando para diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração.

	<u>Controladora</u>	<u>Controladora e consolidado</u>	
	31/03/2018	Reconhecidos no resultado	31/12/2018
Prejuízo fiscal e base negativa	7.472	(3.363)	4.109
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.807	586	10.393
Perda por desvalorização (<i>impairment</i>)	11.030	-	11.030
Provisão participação nos lucros	5.024	(1.510)	3.514
Diferenças temporárias	3.478	3.773	7.251
Imposto diferido líquido	36.811	(514)	36.297

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	33.870	20.939
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(11.516)	(7.119)
Adições e exclusões permanentes (1)	3.311	8.585
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(8.205)	1.466
Alíquota Efetiva	24%	(7%)
Imposto diferido	(514)	934
Imposto corrente	(7.691)	532

- (i) As exclusões no montante de R\$ 3.120 referem-se à Lei do Bem. A Lei nº 11.196/05, que passou a ser conhecida como “Lei do Bem”, cria a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica.

10 Investimentos (Controladora)

Valor contábil	País	Negócio	Percentual de participação	Investimento	Equivalência patrimonial
				31/12/2018	31/12/2018
CTC Gemonics	USA	P&D	100%	2.641	(3.180)
				<u>2.641</u>	<u>(3.180)</u>

A movimentação dos investimentos em coligadas é como segue:

Saldo em 31 de março de 2018	-
Constituição da investida - CTC Genomics (i)	5.857
Equivalência patrimonial	(3.180)
Ajuste acumulado de conversão	<u>(36)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><u>2.641</u></u>

As principais rubricas contábeis da controlada são como seguem:

Em 31 de dezembro de 2018	CTC Genomics
Ativo	2.846
Passivo	205
Patrimônio líquido	<u>2.641</u>
Prejuízo do período	(3.180)

- (i) Em 28 de março de 2018 foi aprovado pelo Conselho de Administração a constituição de uma subsidiária integral nos Estados Unidos, vide nota explicativa n°1.

11 Imobilizado

Controladora Custo ou custo atribuído:	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílio	Equipamento de Informática	Veículos	Edifícios e Benfeitorias	Benfeitorias imóveis terceiros	Bens de terceiros - FINEP	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Plantio de cana	Total
Saldo em 31 de março de 2017	112.872	2.797	3.990	14.826	2.206	19.857	2.002	3.394	-	2.560	164.504
Adições	2.059	159	333	292	-	-	-	3.278	649	1.221	7.991
Baixas	-	-	-	(2.105)	-	-	-	(66)	-	-	(2.171)
Transferências	-	32	-	7	-	-	-	(6)	(33)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	114.931	2.988	4.323	13.020	2.206	19.857	2.002	6.600	616	3.781	170.324
Depreciação:											
Saldo em 31 de março de 2017	(11.788)	(1.042)	(2.670)	(5.267)	(651)	(7.163)	-	-	-	-	(27.279)
Depreciação no período	(7.715)	(192)	(726)	(2.508)	(106)	(950)	-	-	-	-	(12.197)
Baixa de depreciação	-	-	-	1.321	-	-	-	-	-	-	1.321
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(19.503)	(1.234)	(3.396)	(6.454)	(757)	(8.113)	-	-	-	-	(38.366)
Saldo em 31 de março de 2017	101.084	1.755	1.320	9.559	1.555	12.694	2.002	3.394	-	2.560	137.225
Saldo em 31 de dezembro de 2017	95.428	1.754	927	6.566	1.450	11.744	2.002	6.600	616	3.781	132.170

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Informações contábeis intermediárias em
31 de dezembro de 2018

Consolidado	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento de Informática	Veículos	Edifícios e Benefitorias	Benefitorias imóveis terceiros	Bens de terceiros - FINEP	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Plantio de cana	Total
Custo ou custo atribuído: Saldo em 31 de março de 2018	114.773	3.006	4.429	12.089	1.700	22.063	2.002	8.848	-	3.666	172.576
Adições	3.265	76	451	623	-	4	-	4.240	81	1.385	10.125
Baixas	(29)	(5)	(59)	(422)	-	-	-	-	(75)	-	(590)
Transferências	42	-	-	-	-	3.563	-	(4.935)	-	-	(1.330)
Transferências para intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	118.051	3.077	4.821	12.290	1.700	25.630	2.002	8.153	6	5.051	180.781
Depreciação:											
Saldo em 31 de março de 2018	(21.668)	(1.297)	(3.469)	(5.717)	(126)	(7.918)	-	-	-	-	(40.195)
Depreciação no período	(16.416)	(171)	(258)	(2.247)	(90)	(1.263)	-	-	-	-	(20.445)
Baixa de depreciação	19	3	17	241	-	-	-	-	-	-	280
Transferência de depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(38.065)	(1.465)	(3.710)	(7.723)	(216)	(9.181)	-	-	-	-	(60.360)
Saldo em 31 de março de 2018	93.105	1.709	960	6.372	1.574	14.145	2.002	8.848	-	3.666	132.381
Saldo em 31 de dezembro de 2018	79.986	1.612	1.111	4.567	1.484	16.449	2.002	8.153	6	5.051	120.421

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Informações contábeis intermediárias em
31 de dezembro de 2018

Controladora	Máquinas e	Móveis e	Equipamento de		Edifícios e	Benfeitorias	Bens de	Obras em	Adiantamento a	Plantio	
Custo ou custo atribuído:	equipamentos	utensílios	Informática	Veículos	Benfeitorias	imóveis	terceiros -	andamento	fornecedores	de cana	Total
						terceiros	FINEP				
Saldo em 31 de março de 2018	114.773	3.006	4.429	12.089	1.700	22.063	2.002	8.848	-	3.666	172.576
Adições	2.175	76	451	623	-	4	-	4.240	81	1.385	9.035
Baixas	(29)	(5)	(59)	(422)	-	-	-	-	(75)	-	(590)
Transferências	42	-	-	-	-	3.563	-	(4.935)	-	-	(1.330)
Transferências para intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	116.961	3.077	4.821	12.290	1.700	25.630	2.002	8.153	6	5.051	179.691
Depreciação:											
Saldo em 31 de março de 2018	(21.668)	(1.297)	(3.469)	(5.717)	(126)	(7.918)	-	-	-	-	(40.195)
Depreciação no período	(16.416)	(171)	(258)	(2.247)	(90)	(1.263)	-	-	-	-	(20.445)
Baixa de depreciação	19	3	17	241	-	-	-	-	-	-	280
Transferência de depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(38.065)	(1.465)	(3.710)	(7.723)	(216)	(9.181)	-	-	-	-	(60.360)
Saldo em 31 de março de 2018	93.105	1.709	960	6.372	1.574	14.145	2.002	8.848	-	3.666	132.381
Saldo em 31 de dezembro de 2018	78.896	1.612	1.111	4.567	1.484	16.449	2.002	8.153	6	5.051	119.331

Ativos penhorados

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui bens que estão sujeitos à penhora para garantia.

Revisão da vida útil

A Companhia revisou a vida útil econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado. O levantamento foi realizado com base em laudo técnico emitido por profissionais especializados.

Bens de terceiros - FINEP

A Companhia possui com a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos contratos relacionados ao desenvolvimento de projetos e pesquisas definidos em convênios firmados entre as partes.

Conforme contrato, os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos serão de propriedade da Companhia. Caso não haja aprovação da prestação de contas, a Companhia possui o dever de restituir o FINEP pelos recursos transferidos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15.

12 Intangível

Consolidado e controladora	Software	Custos com pesquisa & desenvolvimento	Total
Saldo em 31 de março de 2017	13.086	192.041	205.127
Adições	422	35.132	35.554
Saldo em 31 de dezembro de 2017	13.508	227.173	240.681
Amortização			
Saldo em 31 de março de 2017	(6.889)	(351)	(7.240)
Amortização do período	(1.511)	(512)	(2.023)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(8.400)	(863)	(9.263)
Saldo em 31 de março de 2017	6.197	191.690	197.887
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.108	226.310	231.418
Saldo em 31 de março de 2018	13.664	219.242	232.906
Adições	1.434	34.888	36.322
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.098	254.130	269.228
Amortização			
Saldo em 31 de março de 2018	(8.899)	(1.033)	(9.932)
Amortização do período	(1.362)	(863)	(2.225)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(10.261)	(1.896)	(12.157)
Saldo em 31 de março de 2018	4.765	218.209	222.974
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.837	252.234	257.071

As adições e baixas do período referem-se a três projetos relacionados ao desenvolvimento de novas tecnologias para o setor sucroenergético.

	31/03/2018	Adições	31/12/2018
Projetos de Melhoramento Convencional (a)	102.099	8.845	110.944
Projetos de Melhoramento Transgênico (b)	99.658	26.043	125.701
Etanol Celulósico	17.485	-	17.485
Total	219.242	34.888	254.130

A política de capitalização da Companhia é feita com base no seguinte mecanismo:

- Prova de conceito e pesquisa aplicada (Fase 1), a qual abrange a avaliação quanto à atratividade, mérito técnico e alinhamento, o potencial de aplicação no mundo real, a definição de protocolos e protótipo e laboratório.
- Desenvolvimento precoce (Fase 2), o qual abrange o refinamento de processos e protocolos, os *start-ups* de investigação em campo e potencialmente plantas Piloto.
- Desenvolvimento avançado (Fase 3), o qual abrange testes de campo, a análise regulatória e potencialmente plantas demonstração.
- Pré-lançamento (Fase 4), o qual abrange as aprovações regulatórias, *Seed bulk-up*, o detalhamento do plano de negócios e plantas em escala semicomercial ou comercial.

A Fase 3 é a que está na rubrica de intangível, pois, como é de desenvolvimento avançado, já existe uma expectativa de realização e efetivação de receitas. Essa metodologia foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

a. Projetos melhoramento convencional

Com mais de cinco mil variedades, o banco de germoplasma de cana-de-açúcar do CTC, localizado em Camamu, na Bahia, é o maior e mais completo do mundo. Além disso, a regionalização de seu Programa de Melhoramento Genético, por meio de seus polos regionais estrategicamente distribuídos pelo País, permite à Companhia desenvolver variedades cada vez mais produtivas e que contemplam todas as condições de produção das diferentes regiões do Brasil onde a planta é cultivada.

A diversificação e a modernização do plantel varietal contribuem decisivamente para a sustentabilidade do agronegócio, não só pelos ganhos de produtividade, como também pela melhoria da qualidade, pela redução dos riscos fitossanitários e de perdas agrícolas. Isso porque esses novos materiais genéticos são desenvolvidos para atender aos modernos processos produtivos, como plantio e colheita mecanizados. Mais produção, eficiência e longevidade dos canaviais significam mais ganhos para o produtor.

O CTC detém os direitos de Propriedade Intelectual dessas variedades por 15 anos, a contar da data de concessão de seus respectivos certificados de proteção, conforme estabelece a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997).

b. Projetos melhoramento genético com emprego de biotecnologia (transgênicos)

A Biotecnologia, ferramenta para o esperado salto de produtividade do canavial, é capaz de acelerar o processo de melhoria contínua de produtividade das variedades convencionais e, ainda, incorporar à cana características desejáveis (*traits*) que oferecem vantagens econômicas, ambientais e de manejo, tais como aqueles já usufruídos por produtores de soja, milho e algodão no Brasil há cerca de duas décadas.

O CTC iniciou seus trabalhos com emprego da Biotecnologia nos anos 90, quando transformou a primeira variedade de cana-de-açúcar no mundo. Em 2000, a Companhia liderou o projeto de sequenciamento genético da cana. Tais esforços foram a base do programa atual, que visa a trazer ao mercado nacional variedades de cana geneticamente modificadas com características desejáveis e produtividade superior.

- A partir de 2018 o CTC pretende lançar variedades de cana geneticamente modificada, tais como, **Cana resistente a insetos, com maior** produtividade e demandando menor uso de inseticidas, além da economia de mão de obra, máquinas, combustível e água. No futuro, essa característica virá associada à **tolerância a herbicidas**, expandindo os ganhos ambientais, econômicos e a simplicidade de manejo da operação.

As plantas geneticamente modificadas estão sujeitas à aprovação pela Comissão Técnica Nacional de Biotecnologia (CTNBio) no Brasil, e os produtos com ela produzidos sujeitos a processos de desregulamentação nos países para onde são exportados.

c. Projetos etanol celulósico

A produção de etanol é hoje estratégica, uma vez que se trata de um combustível produzido a partir de fonte limpa e renovável, cujas condições ideais de produção encontram-se fartamente presentes no Brasil. O CTC investiu no desenvolvimento de um processo de produção de etanol celulósico (também conhecido por etanol de segunda geração ou E2G) a ser produzido a partir do processamento da biomassa da cana (bagaço e palha). Essa tecnologia deverá permitir aumentar em 50% o volume de etanol produzido a partir do mesmo volume de cana.

No CTC, os trabalhos para o desenvolvimento do etanol celulósico tiveram início em 2006, com esforços progredindo da fase laboratorial para plantas piloto e de escala semicomercial (demonstração).

Um dos diferenciais do processo que está sendo desenvolvido pelo CTC reside no fato de permitir integração com os processos e equipamentos hoje existentes nas usinas, visando à otimização dos custos de instalação e operação. Para mais detalhes, veja item (e).

d. Sementes artificiais

O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de sementes artificiais de cana-de-açúcar, o que possibilitaria uma mudança completa na maneira como se planta a cultura. Tal mudança geraria importantes ganhos através da possibilidade de rapidamente se modernizar o plantel de variedades do produtor, aumento da produtividade, substancial redução de custos, simplificação operacional, além de ganhos ambientais e sociais.

No projeto, o CTC utiliza modernos processos biotecnológicos, através dos quais se conseguem gerar plantas idênticas à planta-mãe, ou seja, a planta que forneceu o tecido para produção da semente, em larga escala e de maneira segura e econômica.

O projeto de desenvolvimento do sistema de plantio de cana por sementes é de longo prazo, encontra-se em fase de desenvolvimento intermediário e em um futuro afetará a conta de intangível.

e. Teste por redução ao valor recuperável (impairment)

A provisão para perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida em relação ao projeto de Etanol Celulósico.

O valor contábil de custos com desenvolvimento em 31 de março de 2018 inclui R\$ 51.667 relacionados a desenvolvimento do projeto de Etanol Celulósico. Considerando que a Administração julga que o risco do projeto vem aumentando devido ao custo de produção do etanol e situação financeira do setor, o que prejudica a aquisição de plantas industriais, foi realizado o teste por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável, que inclui tais custos de desenvolvimento (Projeto de etanol celulósico - E2G), foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso), considerando o risco do projeto e andamento e utilizando uma taxa de desconto real antes dos impostos de 8,3%, em 31 de março de 2018, e a Companhia utilizou seu custo médio ponderado de capital (WACC) como ponto de partida para determinar a taxa de desconto. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, não foi necessário constituir nenhuma provisão para redução ao valor recuperável. Em 31 de março de 2018, o montante constituído foi de R\$ 17.467.

Apesar dos riscos citados acima, a Administração considera possível que o produto tenha mercado dentro de um prazo de quatro anos, motivo pelo qual não considerou um *impairment* total do projeto.

A perda por redução ao valor recuperável relacionada ao projeto está incluída no resultado do exercício na rubrica de “Custo de pesquisa & desenvolvimento e serviços prestados”. Vide Nota Explicativa nº 22.

13 Fornecedores

Referem-se, substancialmente, a fornecedores de máquinas e equipamentos, materiais e prestadores de serviços de assessoria técnica, assessoria de engenharia e consultoria.

	<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	31/12/2018	31/03/2018
Fornecedores Nacionais	11.129	12.152
Fornecedores Estrangeiros	-	11
	<u>11.129</u>	<u>12.163</u>
Circulante	10.939	10.508
Não circulante	190	1.655

14 Salários, férias e encargos a pagar

	<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	31/12/2018	31/03/2018
Provisão de férias e encargos	4.180	5.035
Provisão de 13º salário e encargos	-	988
Participação no programa de gestão por metas	10.334	14.775
INSS a recolher	924	1.056
IRRF sobre salários	1.039	493
FGTS a recolher	-	239
Outros	51	849
	<u>16.528</u>	<u>23.435</u>

15 Receitas a auferir

	<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	31/12/2018	31/03/2018
Receitas a auferir (ii)	2.930	2.930
Receitas diferidas partes relacionadas (i) - nota explicativa nº 25	22.211	-
Receitas diferidas (i)	9.321	-
Total	<u>34.462</u>	<u>2.930</u>

- (i) Receitas diferidas corresponde a receitas de parcelas de *royalties* pertinentes a safra 18/19 que serão alocadas ao resultado do exercício em função de sua competência.
- (ii) Receitas a auferir corresponde aos valores recebidos da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos para o desenvolvimento de projetos e pesquisas definidos em convênios firmados entre as partes. Com base na evolução da execução dos projetos e utilização de ativos e respectivas prestações de contas, os valores serão alocados ao resultado como receita.

Em função da transformação de sociedade mencionada na Nota Explicativa nº 1, o convênio firmado com a FINEP foi finalizado. Os saldos referentes aos projetos do FINEP no montante de R\$ 2.930 estão aguardando aprovação das respectivas prestações de contas para conclusão e destinação dos saldos dos projetos.

16 Empréstimos e financiamentos

Controladora e consolidado			Vencimento			Saldo devedor	
Modalidade	Moeda	Encargos	de	até	Garantias	31/12/2018	31/03/2018
Finame	R\$	2,5% a.a	2013	2021	Alienação fiduciária de ativo Imobilizado	222	411
FINEP	R\$	4% a.a	2015	2022	Fiança bancária (1,9%)	117.488	139.518
BNDES	R\$	4% a.a	2013	2022	Fiança bancária (1,9%)	36.387	42.117
BNDES	R\$	TJLP	2013	2022	Fiança bancária (1,9%)	8.976	8.978
						<u>163.073</u>	<u>191.024</u>
Passivo circulante						46.189	46.291
Passivo não circulante						116.884	144.733

Os montantes do passivo têm a seguinte composição por ano safra de vencimento:

Até 12 meses	46.189
Entre 13 a 24 meses	41.236
Entre 25 a 36 meses	35.497
Entre 37 a 48 meses	35.457
Entre 49 a 60 meses	4.694
	<u>163.073</u>

Cláusulas restritivas (covenants)

A Companhia não está sujeita em seus contratos de empréstimos e financiamentos ao cumprimento de índices financeiros.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Consolidado	Fluxo de caixa					31/12/2018
	31/03/2018	Juros incorridos	Pagamentos	Juros pagos	Transferências	
Empréstimos e financiamentos	191.024	5.467	(28.098)	(5.320)	-	163.073
Circulante	46.291	5.467	(28.098)	(5.320)	27.849	46.189
Não circulante	144.733	-	-	-	(27.849)	116.884
Total	<u>191.024</u>	<u>5.467</u>	<u>(28.098)</u>	<u>(5.320)</u>	<u>-</u>	<u>163.073</u>

17 Provisão para processos judiciais (consolidado e controladora)

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2018, foi provisionado o montante de R\$ 1.698 (R\$ 434 em 31 de março de 2018), o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência foi efetuada na conta de despesas administrativas e com vendas.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita a processos judiciais classificados como possível, sendo a natureza Tributária Federal, atualizada por Selic no decorrer do período, no montante de R\$ 55.682, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 54.724 em 31 de março de 2018), e Trabalhista, no montante de R\$ 1.064, em 31 de dezembro de 2018 (434 em 31 de março de 2018), em diversas fases do rito processual.

18 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 562.202 (556.550 em 31 de março de 2018), representado por 801.870 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Aumento de capital

A Reunião do Conselho de Administração - RCA realizada em 14 de dezembro de 2018 aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 5.652, conforme nota explicativa nº 8 (ii).

Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

19 Lucro líquido por ação (consolidado e controladora)

A tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do período de 09 meses com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	31/12/2018	31/03/2018
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia (a)	25.665	22.405
Média ponderada de ações em circulação (b)	801.870	801.870
Lucro líquido do período por ação ordinária em (a) / (b) x 1000	32,006	27,94

20 Segmentos operacionais (consolidado e controladora)

A Administração da Companhia baseia seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias informações contábeis intermediárias, na mesma base em que essas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como *royalties*.

A informação segmentada por venda de cana-de-açúcar e serviços de laboratórios também não são relevantes.

A Administração utiliza as informações contábeis intermediárias e não usa nenhum indicador que não os apresentados nas informações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2018, nenhum relatório específico será demonstrado, como definido pelo Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento.

Quanto às informações sobre os principais clientes, em função da própria atividade, a Companhia não possui, individualmente, clientes que representam mais de 10% da receita total consolidada.

21 Receita operacional

	<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>
	01/04/2018 a 31/12/2018 (9 meses)	01/10/2018 a 31/12/2018 (3 meses)	01/04/2017 a 31/12/2017 (9 meses)	01/10/2017 a 31/12/2017 (3 meses)
Receitas de <i>royalties</i>	28.829	7.745	25.325	9.765
Receitas de <i>royalties</i> - partes relacionadas (nota explicativa nº 25)	112.086	45.894	85.224	32.411
Outras Receitas	5.167	2.025	3.721	674
Impostos	(14.163)	(5.301)	(11.289)	(4.243)
Total	<u>131.919</u>	<u>50.363</u>	<u>102.981</u>	<u>38.607</u>

22 Despesas operacionais por natureza

	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>
	01/04/2018 a 31/12/2018 (9 meses)	01/10/2018 a 31/12/2018 (3 meses)	01/04/2018 a 31/12/2018 (9 meses)	01/10/2018 a 31/12/2018 (3 meses)	01/04/2017 a 31/12/2017 (9 meses)	01/10/2017 a 31/12/2017 (3 meses)
Despesas com pessoal	(44.823)	(14.339)	(44.823)	(14.339)	(44.668)	(14.839)
Serviços contratados	(19.302)	(6.556)	(19.302)	(6.556)	(15.521)	(5.596)
Despesas com materiais	(6.099)	(3.815)	(6.099)	(3.815)	(2.874)	(893)
Depreciação e amortização	(22.670)	(7.638)	(22.670)	(3.044)	(14.219)	(4.019)
Despesas gerais	(12.136)	(4.621)	(8.956)	(6.854)	(7.189)	(1.205)
	<u>(105.030)</u>	<u>(36.969)</u>	<u>(101.850)</u>	<u>(34.608)</u>	<u>(84.471)</u>	<u>(26.552)</u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:						
Custo de pesquisa & desenvolvimento, produtos vendidos e serviços prestados	(64.365)	(22.471)	(62.668)	(20.774)	(46.227)	(14.157)
Despesas administrativas	(40.665)	(14.498)	(39.182)	(13.834)	(38.244)	(12.395)
	<u>(105.030)</u>	<u>(36.969)</u>	<u>(101.850)</u>	<u>(34.608)</u>	<u>(84.471)</u>	<u>(26.552)</u>

23 Financeiras líquidas

	<u>Controladora e consolidado</u>	<u>Controladora e consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>
	01/04/2018 a 31/12/2018 (9 meses)	01/10/2018 a 31/12/2018 (3 meses)	01/04/2017 a 31/12/2017 (9 meses)	01/10/2017 a 31/12/2017 (3 meses)
Receita com aplicações financeiras	9.199	3.361	15.533	3.638
Outras receitas financeiras	<u>5.428</u>	<u>1.625</u>	<u>(176)</u>	<u>(104)</u>
Receitas financeiras	<u>14.627</u>	<u>4.986</u>	<u>15.357</u>	<u>3.534</u>
Despesas bancárias	(3.486)	(1.280)	(3.629)	(1.184)
Juros sobre empréstimos	(5.120)	(1.595)	(6.274)	(1.970)
Outras despesas financeiras	<u>(390)</u>	<u>(201)</u>	<u>(420)</u>	<u>(79)</u>
Despesas financeiras	<u>(8.995)</u>	<u>(3.075)</u>	<u>(10.323)</u>	<u>(3.233)</u>
Financeiras líquidas	<u>5.632</u>	<u>1.911</u>	<u>5.034</u>	<u>301</u>

24 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Consolidado	Valor contábil					Valor justo			
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Passivo financeiro pelo custo amortizado	Passivo financeiro ao Valor Justo	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2018									
Ativos financeiros mensurados ao valor justo									
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	174.363	-	-	-	174.363	-	174.363	-	174.363
Instrumentos financeiros (Aplicações financeiras)	153.758	-	-	-	153.758	-	153.758	-	153.758
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo									
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	-	2.263	-	-	2.263	2.263	-	-	2.263
Contas a receber	-	81.326	-	-	81.326	-	81.326	-	81.326
Outras contas a receber	-	11.732	-	-	11.732	-	11.732	-	11.732
Passivos financeiros mensurados ao valor justo									
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	163.073	163.073	-	163.073	-	163.073
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo									
Fornecedores	-	-	11.129	-	11.129	-	11.129	-	11.129
Outras contas a pagar	-	-	720	-	720	-	720	-	720

Controladora

31 de dezembro de 2018

	Valor contábil					Valor justo			
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Passivo financeiro pelo custo amortizado	Passivo financeiro ao Valor Justo	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo									
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	174.363	-	-	-	174.363	-	174.363	-	174.363
Instrumentos financeiros	153.758	-	-	-	153.758	-	153.758	-	153.758
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo									
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	-	529	-	-	529	529	-	-	529
Contas a receber	-	81.326	-	-	81.326	-	81.326	-	81.326
Outras contas a receber	-	11.732	-	-	11.732	-	11.732	-	11.732
Passivos financeiros mensurados ao valor justo									
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	163.073	163.073	-	163.073	-	163.073
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo									
Fornecedores	-	-	11.129	-	11.129	-	11.129	-	11.129
Outras contas a pagar	-	-	720	-	720	-	720	-	720

31 de março de 2018

	Valor contábil					Valor justo			
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Passivo financeiro pelo custo amortizado	Passivo financeiro ao Valor Justo	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo									
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	157.258	-	-	-	157.258	-	157.258	-	157.258
Instrumentos financeiros	73.565	-	-	-	73.565	-	73.565	-	73.565
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo									
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	-	37	-	-	37	37	-	-	37
Contas a receber	-	46.966	-	-	46.966	-	46.966	-	46.966
Outras contas a receber	-	100.072	-	-	100.072	-	100.072	-	100.072
Passivos financeiros mensurados ao valor justo									
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	191.024	191.024	-	191.024	-	191.024
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo									
Fornecedores	-	-	12.163	-	12.163	-	12.163	-	12.163
Outras contas a pagar	-	-	323	-	323	-	323	-	323

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração e o gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

c. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Riscos de crédito

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de grande porte. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínua de análises de crédito. Em 31 de dezembro de 2018, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo em bancos, aplicações financeiras e créditos perante clientes. O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes.

Ativos	Nota	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
		31/12/2018	31/12/2018	31/03/2018
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	4	2.263	529	37
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	4	174.363	174.363	157.258
Instrumentos financeiros	5	153.758	73.565	73.565
Contas a receber	6	81.326	75.812	46.966
Outras contas a receber	8	11.732	11.710	100.072
		<u>423.442</u>	<u>335.979</u>	<u>377.898</u>

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A Companhia acredita que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido.

A composição por vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das informações contábeis intermediárias para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	31/12/2018	31/03/2018
A vencer	31.467	42.394
Vencido de 1 a 30 dias	2.801	1.755
Vencido de 31 a 60 dias	13.586	3.579
Vencido de 61 a 180 dias	12.081	9.981
Vencido de 181 a 360 dias	4.671	10.505
Vencido acima de 360 dias	16.720	7.598
Total (nota explicativa nº6)	<u>81.326</u>	<u>75.812</u>
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas - partes relacionadas	(13.276)	(13.456)
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	<u>(17.292)</u>	<u>(15.390)</u>
Total (nota explicativa nº 6)	<u>(30.568)</u>	<u>(28.846)</u>
	<u>50.758</u>	<u>46.966</u>

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação a contas a receber e outros recebíveis durante o período foi o seguinte.

Saldo em 31 de março de 2018	28.845
Provisão para perdas de créditos esperadas	<u>1.722</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	30.567

O modelo de comercialização de variedades de cana-de-açúcar mediante cobrança de *royalties* é peculiar e afeta diretamente o Contas a Receber e a forma como a Companhia mitiga o risco de crédito.

Este modelo de cobrança de *royalties* foi implantado em 2012, com uma área plantada de variedades CTC já existente no Brasil superior a 400 mil *hectares* de cana-de-açúcar. Foram elaborados contratos de licenciamento para multiplicação de variedades com sigla CTC com seus clientes, que são responsáveis por todas as despesas associadas a plantio, cultivo, colheita e processamento desse material genético.

A cana-de-açúcar é uma cultura semiperene, cujo ciclo produtivo é de, aproximadamente, seis anos, sendo a cobrança de *royalties* recorrente e anual por *hectare* plantado, durante esse período. Caso esse cliente se encontre em dificuldade de honrar seus compromissos financeiros perante a Companhia ao longo desse ciclo, sua inadimplência será monitorada para que, ao término do ciclo da cana-de-açúcar, não haja saldo devedor.

Especificamente em relação aos empréstimos e recebíveis, a Companhia, verifica, primeiro, se há evidências objetivas de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos.

Caso a Companhia determine a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente — seja esta perda significativa ou não — a Companhia o classifica em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão incluídos na avaliação coletiva da perda.

Levando em consideração a crise econômica que tem afetado o setor sucroenergético nos últimos anos e o número de usinas em dificuldades financeiras e/ou em recuperação judicial, a Companhia adotou diversas medidas para mitigar o risco de crédito:

- Política de crédito e cobrança aprovada pelo Conselho de Administração.
- Acompanhamento e cobrança ativa pela equipe comercial (aproximadamente 30 Representantes Técnicos de Vendas).
- Comitê de crédito e cobrança direciona a equipe comercial quanto à expansão da área plantada somente em clientes com *rating* de crédito satisfatório, além de decidir sobre ingresso de ações judiciais e acordos extrajudiciais, através de escritório de advocacia terceirizado e especializado.
- Inserção de informações acerca de pendências financeiras no SERASA.

Em suma, devido à atuação da Companhia na mitigação de risco de crédito, mais de 90% dos clientes vêm operando desde o ano de 2012, e nenhuma perda foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo sua área geográfica, indústria e existência de dificuldades financeiras no passado.

e. Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Cronograma de amortização da dívida:

Consolidado e controlado

31 de dezembro de 2018	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 96 Meses
Fornecedores	11.129	11.129	10.939	190	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	163.073	190.441	43.791	36.284	48.821	33.889	27.656	-

31 de março de 2018	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 100 meses
Fornecedores	12.163	12.163	11.324	839	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	191.024	224.036	46.393	38.470	51.797	35.988	37.326	14.062

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente.

f. Risco de mercado

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI.

Perfil

Na data das informações contábeis intermediárias, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Consolidado e controladora	Risco	Valor contábil	
		31/12/2018	31/03/2018
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Fornecedores		11.129	12.163
Empréstimos e financiamentos		154.097	182.046
Instrumentos de taxa variável			
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	CDI	328.121	230.823
Empréstimos e financiamentos	TJLP	8.976	8.978

Análise de sensibilidade

A Companhia possui R\$ 328.121 de aplicações financeiras a CDI e R\$ 8.976 de empréstimos e financiamentos indexados à taxa pós-fixada, substancialmente a TJLP. No quadro abaixo são considerados três cenários, de acordo com as variações percentuais do CDI e TJLP, sendo o cenário provável 10% superior à taxa média de juros efetivos em 2018. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI e TJLP em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do exercício e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/12/2018	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
			%	Valor	Valor	%	Valor	
Ativo Financeiros								
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	328.121	Redução CDI	6,22	20.409	4,67	15.307	3,11	10.205
Passivos Financeiros								
Empréstimos e financiamentos	8.976	Redução TJLP	7	(628)	5,25	(471)	3,50	(314)
Resultado financeiro projetado				<u>21.037</u>		<u>15.778</u>		<u>10.519</u>
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				<u>-</u>		<u>(5.259)</u>		<u>(10.519)</u>

Instrumentos	Exposição 31/03/2018	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
			%	Valor	Valor	%	Valor	
Ativo Financeiros								
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	230.823	Redução CDI	6,22	14.357	4,67	10.768	3,11	7.179
Passivos Financeiros								
Empréstimos e financiamentos	8.976	Redução TJLP	7	(628)	5,25	(471)	3,50	(314)
Resultado financeiro projetado				<u>14.986</u>		<u>11.239</u>		<u>7.493</u>
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				<u>-</u>		<u>(3.746)</u>		<u>(7.493)</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

	Cenários							
	Exposição 31/12/2018		Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%	
Instrumentos	Risco	%	Valor		Valor	%	Valor	
Ativo Financeiros								
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	328.121	Redução CDI	6,22	20.409	7,78	25.511	9,33	30.614
Passivos Financeiros								
Empréstimos e financiamentos	8.976	Redução TJLP	7	(628)	8,75	(785)	10,50	(943)
Resultado financeiro projetado				<u>21.037</u>		<u>26.297</u>		<u>31.556</u>
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				<u>-</u>		<u>5.259</u>		<u>10.519</u>

	Cenários							
	Exposição 31/03/2018		Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%	
Instrumentos	Risco	%	Valor		Valor	%	Valor	
Ativo Financeiros								
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	230.823	Redução CDI	6,22	14.357	7,78	17.946	9,33	21.536
Passivos Financeiros								
Empréstimos e financiamentos	8.976	Redução TJLP	7	(628)	8,75	(785)	10,50	(943)
Resultado financeiro projetado				<u>14.986</u>		<u>18.732</u>		<u>22.478</u>
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				<u>-</u>		<u>3.746</u>		<u>7.493</u>

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

g. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2018	31/03/2018
Ativo circulante	313.264	311.508	196.915
Passivo circulante	111.022	110.817	85.474
Índice de liquidez	2,82	2,81	2,30

25 Partes relacionadas

a. Controladora e controlador final

O Controlador final são formados pelo bloco de controle, constituído pelos acionistas: Grupo Raízen, Copersucar S.A., Grupo São Martinho, Guarani S.A., Grupo Bunge e S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga aos conselheiros e diretores é definida na Assembleia Geral dos Acionistas e os valores pagos no período a título de remuneração foram R\$ 5.957 (R\$ 5.421 em 31 de dezembro 2017).

c. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas relacionadas para os respectivos tipos de operações:

Contas a receber (nota explicativa 6)	31/12/2018	31/03/2018
Grupo Eth	10.096	6.183
Ferrari Agroindustrial S.A.	7.123	9.810
Grupo Virgolino de Oliveira	5.775	5.991
Grupo Bp	2.777	1.098
Tonon Bioenergia S.A.	2.615	2.570
Usina Alvorada Açúcar e Alcool Ltda.	2.455	3.511
Usina Santa Fé S.A.	1.970	2.885
Grupo Adecoagro	1.943	1.477
Usina São José da Estiva S.A. Açúcar e Alcool	1.507	501
Usina Açucareira Ester S.A.	1.357	4.132
S.A. Usina Coruripe Açúcar E Alcool	1.278	-
Grupo Baldin	1.244	1.174
Grupo Biosev	1.227	1.812
Jalles Machado S.A.	1.210	1.201
Usina Açucareira Furlan S.A.	942	1.468
Grupo Unialco	779	971
Clealco Açúcar E Alcool S.A.	660	-
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	641	676
Grupo Bunge	602	-
Della Coletta Bioenergia S.A.	580	712
Nova America Agricola Ltda.	528	-
Grupo São Martinho	390	-
Usina De Açucar Santa Terezinha Ltda.	362	-
Usina Batatais S.A. Açúcar E Alcool	304	188
Antonio Ruette Agroindustrial Ltda.	290	273
Grupo Raizen	220	-
Usina Santa Adelia S.A.	208	140
Usina Açucareira São Manoel S.A.	208	190
Usina Trapiche S.A.	165	249
Usina Melhoramentos	156	115
Wd Agroindustrial Ltda.	137	125
U.S.A. - Usina Santo Angelo Ltda.	118	84
Agropeu - Agroindustrial de Pompeu S/A	111	19
Usina Maringa	102	109
Dacalda Açúcar E Alcool Ltda.	101	95
Usina Santa Lucia S.A.	58	58
Santa Vitória Açucar E Alcool Ltda.	55	28
Grupo Alto Alegre	39	-
Usina Uberaba S.A.	21	-
Usina Santa Rosa S.A.	15	1.728
Cocal Comercio E Industria Canaã Açucar E Alcool S.A.	-	2.852
	50.369	52.425
Outras contas a receber (b) - Nota Explicativa nº 8		
Aumento de capital - BNDES	-	90.595
	-	90.595

Receitas diferidas (nota explicativa 15)	31/12/2018	31/03/2018
Grupo São Martinho	2.951	-
Grupo Biosev	2.787	-
Grupo Raizen	2.556	-
Pedra Agroindustrial	2.038	-
Grupo Tereos	1.874	-
Usina Ipiranga De Açúcar E Alcool S.A.	1.250	-
Noble Do Brasil S.A	1.228	-
Cocal Comercio E Industria Canaã Açúcar E Alcool S.A.	1.161	-
Grupo Alto Alegre	1.070	-
Nova America Agricola Ltda.	705	-
Clealco Açúcar E Alcool S.A.	660	-
Zilor	587	-
Grupo Bunge	388	-
Usina São Francisco S.A.	363	-
Usina De Açúcar Santa Terezinha Ltda.	358	-
Usina Santo Antônio S.A.	339	-
Usina Açucareira Furlan S.A.	327	-
Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.	314	-
Usina Uberaba S.A.	305	-
J. Pilon Açúcar E Alcool	295	-
Usina Melhoramentos	226	-
Usj - Açúcar E Alcool S.A.	135	-
Della Coletta Bioenergia S.A.	131	-
Grupo Baldin	95	-
Grupo Eth	49	-
Lasa Linhares Agroindustrial S.A.	16	-
Alcon - Cia de Álcool Conceição da Barra	3	-
	22.211	12.547

Parte substancial das operações da Companhia são realizadas com partes relacionadas, sendo as receitas entre os acionistas:

Receitas (Nota Explicativas Nº 21 (a))	31/12/2018	31/12/2017
Grupo Biosev	9.988	8.644
Grupo São Martinho	8.822	10.900
Grupo Bunge	8.081	5.725
Grupo Raízen	7.669	7.036
Pedra Agroindustrial	5.771	5.098
Clealco Açúcar E Álcool S.A.	5.143	-
Grupo Tereos	4.889	3.144
Jalles Machado S.A.	3.648	4.018
Usina Ipiranga de Açúcar e Álcool S.A.	3.611	3.312
Grupo Eth	3.577	2.157
Grupo Virgolino De Oliveira	3.402	1.432
S.A. Usina Coruripe Açúcar E Álcool	3.298	2.885
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda	3.230	3.289
Noble Do Brasil S.A	3.181	2.046
Grupo Adecoagro	3.162	2.291
Grupo Bp	3.148	2.182
Cocal Comércio e Industria Canaã Açúcar e Álcool S.A.	2.966	2.201
Grupo Alto Alegre	2.920	2.290
Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda	2.098	1.015
Nova America Agricola Ltda	1.935	1.731
Usina São José da Estiva S.A Açúcar e Álcool	1.507	1.489

Receitas (Nota Explicativas Nº 21 (a))	31/12/2018	31/12/2017
Zilor	1.440	787
Usina Santa Fé S.A.	1.339	1.140
Usina Açucareira Ester S.A.	1.156	1.214
Ferrari Agroindustrial S.A.	1.096	828
Usina Açucareira Furlan S.A.	1.069	1.092
Usina São Francisco S.A	1.044	928
Usina Santo Antônio S.A	1.034	1.048
Usina Batatais S.A. Açúcar E Álcool	1.026	557
Usina Melhoramentos	1.004	567
Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.	931	920
J. Pilon Açúcar E Álcool	887	889
Antonio Ruelle Agroindustrial Ltda	847	902
Usina Uberaba S.A.	810	573
Usina Santa Rosa S.A.	661	-
Grupo Unialco	658	-
Usina Açucareira S. Manoel S.A.	642	555
Usina Santa Adelia S.A.	627	604
Tonon Bioenergia S.A.	560	-
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	420	390
U.S.A. - Usina Santo Angelo Ltda	388	245
Usj - Açucar E Alcool S.A.	365	290
Della Coletta Bioenergia S.A.	364	305
Dacalda Açúcar E Alcool Ltda	310	280
Usina Maringa	299	328
Grupo Baldin	281	269
Wd Agroindustrial Ltda	207	187
Santa Vitória Açucar E Alcool Ltda	191	80
Usina Santa Lucia S.A.	176	169
Usina Trapiche S.A	67	180
Agropeu - Agroindustrial de Pompeu S/A	67	57
Lasa Linhares Agroindustrial S.A	65	87
Alcon - Cia de Álcool Conceição da Barra	9	9
Companhia Muller de Bebidas	-	-
Total Geral	<u><u>112.086</u></u>	<u><u>88.365</u></u>

- (a) Contas a Receber e Receita - Contratos de *Royalties*
 Operações com licenciamento de variedades de cana-de-açúcar e de tecnologia. Os *royalties* são reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a essência do acordo.
- (b) Outras Contas a Receber
 Valores relacionados ao aumento de capital social conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 8 e nº 18.

26 Seguros

A Companhia possui um programa de seguros e gerenciamento de risco que proporciona cobertura e proteção compatíveis com seus ativos patrimoniais e sua operação.

As coberturas contratadas são baseadas em criterioso estudo de riscos e perdas, sendo as modalidades de seguro contratadas consideradas, pela Administração, suficientes para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 36.000 para danos materiais e R\$ 37.000 para responsabilidade civil.

27 Arrendamentos mercantis operacionais

Arrendamentos como arrendatário

A Companhia arrenda fazendas, nas quais estão as unidades de Piracicaba e Camamu. Na unidade de Piracicaba são realizados plantio, condução e colheita de experimentos visando o desenvolvimento de variedades de cana-de-açúcar convencionais e geneticamente modificadas, formação de viveiros para produção e distribuição de mudas de cana-de-açúcar, e na unidade de Camamu são realizados plantio dos genitores, a manutenção destes, a coleta de informações do florescimento para realização dos cruzamentos, a montagem dos cruzamentos, a condução dos cruzamentos em ambiente isolado, o beneficiamento das sementes e o corte das coleções de genitores. Esses arrendamentos foram renovados por 14 anos com opção de renovação após esse período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano para refletir os valores de mercado.

O arrendamento das fazendas foi firmado há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações. O CTC determinou que o arrendamento das fazendas é operacional. O aluguel pago ao arrendador é ajustado de acordo com os preços de mercado, e o CTC não participa no valor residual dos bens arrendados. Conseqüentemente, foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador. A arrendante - IMOCOP Empreendimentos e Participações S.A. e Interveniente - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. Objeto do arrendamento são as áreas e edificações de Fazendas no município de Piracicaba e Camamu.

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	31/12/2018	31/03/2018
Até um ano	2.637	2.915
Acima de um ano - Até cinco anos	12.304	14.493
Mais de cinco anos	18.017	18.573
	<u>32.958</u>	<u>35.981</u>

A Companhia reconheceu os seguintes valores como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional:

	31/12/2018	31/12/2018
Despesa com arrendamento mercantil operacional	3.757	2.627

* * *

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
CNPJ N° 06.981.381/0002-02

Conselho da Administração

Conselheiros

Luis Roberto Pogetti - Presidente do Conselho
João Alberto Fernandez de Abreu - Vice-Presidente do Conselho
Fábio Venturelli - Conselheiro
Fernando de Castro Reinach - Conselheiro Independente
Jaime José Stupiello - Conselheiro
Luiz de Mendonça - Conselheiro Observador
Mario Luiz Lorencatto - Conselheiro
Martus Antônio Rodrigues Tavares - Conselheiro
Otávio Lage de Siqueira Filho - Conselheiro Observador
Paulo Meneguetti - Conselheiro
Pedro Wongtschowski - Conselheiro Independente
Rodrigo Correia Barbosa - Conselheiro Observador
Rui Chammas - Conselheiro
Sérgio Eduardo Weguelin Vieira - Conselheiro

Diretoria Executiva

Diretor-presidente
José Gustavo Teixeira Leite

Diretores
William Lee Burnquist
Viler Corrêa Janeiro

Contador responsável: Evandro Rodrigues Ferreira
CRC 1SP270523/O-7